

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA

2.º Juízo

Anúncio n.º 117/2005 (2.ª série). — Nos autos de acção administrativa especial n.º 1468/05.4BELSB, que corre termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, intentada por Gustavo Jorge Gramaxo Rozeira contra o Ministério dos Negócios Estrangeiros para impugnação da lista de candidatos aprovados e excluídos na prova escrita de conhecimentos do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática, constante do aviso n.º 1615/2005 (2.ª série), e do acto de indeferimento e ou rejeição do recurso hierárquico necessário interposto pelo autor, são formulados os seguintes pedidos:

- a) A anulação da lista de candidatos aprovados e excluídos na prova escrita de conhecimentos do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática, constante do aviso n.º 1615/2005 (2.ª série);
- b) A anulação do acto de indeferimento e ou rejeição do recurso hierárquico necessário interposto pelo autor da lista de candidatos aprovados e excluídos na prova escrita de conhecimentos do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada da carreira diplomática, constante do aviso n.º 1615/2005 (2.ª série);
- c) A declaração de nulidade da lista de candidatos aprovados e excluídos na entrevista profissional de selecção do concurso, constante do aviso n.º 5129/2005 (2.ª série);
- d) A declaração de nulidade da lista de candidatos aprovados e excluídos na prova oral de conhecimentos do concurso, constante do aviso n.º 3991/2005 (2.ª série);
- e) A declaração de nulidade da lista de classificação final dos candidatos ao concurso, constante do aviso n.º 5129/2005 (2.ª série);
- f) A declaração de nulidade do acto do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 5 de Maio de 2005, que homologou a lista de classificação final do concurso, constante do aviso n.º 5129/2005 (2.ª série);
- g) A condenação da entidade demandada à adopção dos actos e operações necessários à reconstituição da situação que existiria se os actos impugnados não tivessem sido praticados.

Ficam os interessados a seguir indicados a saber que a partir da publicação do presente anúncio dispõem do prazo de 15 dias para se constituírem como contra-interessados no processo n.º 1468/05.4BELSB, da 1.ª Unidade Orgânica deste 2.º Juízo e que, uma vez expirado esse prazo, aqueles que como tais se tenham constituído se consideram citados para contestar no prazo de 30 dias (artigos 82.º e 83.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos):

- 1 — Ana e Brito Maneira.
- 2 — Ana Isabel Teixeira Coelho.
- 3 — Ana Rita Azevedo San Payo Araújo.
- 4 — André Hugo da Silva Oliveira.
- 5 — Ângela Maria Romão Dourado.
- 6 — Carolina Maria Barata Cordeiro.
- 7 — Elisabete Proença R. e Cortes Palma.
- 8 — Graça Maria Araújo Fonseca.
- 9 — Henrique Carlos Pestana Henriques.
- 10 — Henrique João de C. M. C. Azevedo.
- 11 — Hernan Leandro Amado.
- 12 — Isabel Guedes da Silva Pestana.
- 13 — Joana Caleiras Rodrigues Fisher.
- 14 — Joana Espírito Santo de Araújo.
- 15 — João Ricardo N. C. B. da Silveira.
- 16 — Mafalda Groba Gomes.
- 17 — Manuel Filipe Pinhão Ramalheira.
- 18 — Manuel Maria Fernandes P. Lopes Aleixo.
- 19 — Maria Joana Nunes Pinto Calião.
- 20 — Maria João Franco Coutinho.
- 21 — Miguel Corte-Real de Brito e Abreu.
- 22 — Nathalie Oliveira.
- 23 — Patrícia Maria dos Santos R. Cadeiras.
- 24 — Pedro Bartolomeu S. M. P. Pinto
- 25 — Pedro Severo de Almeida.
- 26 — Raquel Milano Morais Chantre.
- 27 — Rosa Lemos Tavares.
- 28 — Rosa Maria Futscher Pereira Podgorny.
- 29 — Tiago Adão Alves Araújo.
- 30 — Tiago Silva Cabrita de Sousa.

7 de Julho de 2005. — A Juíza de Direito, *Carla Sofia Pereira Portela*. — O Escrivão de Direito, *Luís Sampaio Monteiro Silva*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Despacho n.º 16 242/2005 (2.ª série). — Por despacho do secretário da Procuradoria-Geral da República de 7 de Julho de 2005:

Licenciada Isabel Cristina Gonçalves Capela, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do Gabinete de Documentação e Direito Comparado, remunerada pelo escalão 2, índice 415 — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República.

7 de Julho de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Adélia Saraiva do Nascimento Diniz*.

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação n.º 1014/2005. — Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 11 de Julho de 2005, foi renovada por mais três anos, com efeitos a partir de 8 de Julho, a comissão de serviço que vêm exercendo os seguintes magistrados:

Licenciado Domingos Silva Carvalho de Sá, procurador-geral-adjunto — inspector do Ministério Público.

Licenciado António José Bernardo Filomeno Rosário Colaço — procurador-geral-adjunto no Supremo Tribunal de Justiça.

Licenciado António Paulo Barbosa de Sousa — procurador-geral-adjunto no Supremo Tribunal de Justiça.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Julho de 2005. — O Secretário, *Carlos José de Sousa Mendes*.

Deliberação n.º 1015/2005. — Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 11 de Julho de 2005:

Licenciado José de Azevedo Maia, procurador-geral-adjunto, inspector do Ministério Público — renovada por mais três anos, com efeitos a partir de 24 de Julho, a comissão de serviço que vem exercendo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Julho de 2005. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho n.º 16 243/2005 (2.ª série). — Por despacho da administradora da Universidade dos Açores de 5 de Julho de 2005:

César Alexandre Pacheco Medeiros — autorizada a prorrogação do contrato de bolsa de investigação, com o montante mensal de € 980, pelo período de um mês (de 1 a 31 de Agosto de 2005), ao abrigo do projecto «INTERFRUTA».

6 de Julho de 2005. — A Administradora, *Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1369/2005. — Por despacho de 3 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Licenciada Alda da Conceição Beja Ventura dos Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de acumulação a 40%, para a Escola Superior de Saúde de Faro, da Universidade do Algarve, por urgente conveniência de serviço, de 3 de Janeiro de 2005 a 2 de Janeiro de 2006, auferindo a remuneração ilíquida mensal correspondente ao índice 135.

26 de Junho de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso*.